

## Re: Recurso Administrativo Ideal Conservação x Benit Construções - PE N° 90008/2025 - Falha no Sistema Comprasnet

De ideal servicos <idealservv@gmail.com>

Data Sex, 31/10/2025 12:44

① 2 anexos (2 MB)

Erro compras noite.mp4; Pesquisa Instabilidade.jpeg;

Some people who received this message don't often get email from idealservv@gmail.com. <u>Learn why this is important</u>

**Cuidado:** E-mail de remetente externo. Verifique o remetente do e-mail e somente clique em links ou abra anexos que você tem certeza que são seguros. Na dúvida, reporte à Divisão de Tecnologia da Informação. dti@jfpb.jus.br

Bom dia, Prezada Comissão de Licitação

Cumprimentando cordialmente, informamos que o erro no sistema Comprasnet, mencionado em nossa comunicação anterior, persistiu durante toda a noite do dia 30/10, inclusive até o encerramento do prazo para envio da peça recursal, o que impossibilitou definitivamente o registro do recurso pela plataforma.

Conforme demonstrado no vídeo anexo, o sistema continuou apresentando a mesma mensagem de erro ("Ocorreu um erro inesperado. Tente novamente mais tarde."), mesmo após diversas tentativas realizadas em horários distintos ao longo do dia. De acordo com nossa equipe técnica, a falha está relacionada a um erro na própria API do Comprasnet, que não está realizando a comunicação correta entre o usuário (licitante) e o servidor.

Reiteramos que o problema não decorre de qualquer falha técnica da empresa, mas sim do próprio sistema Comprasnet, e reforçamos nosso pedido para que seja considerada a tempestividade do recurso enviado por e-mail, conforme já informado anteriormente.

Atenciosamente,

#### Ideal Conservação e Limpeza de Prédios

Em qui., 30 de out. de 2025 às 19:36, ideal servicos < <u>idealservv@gmail.com</u>> escreveu: Boa noite, Prezada Comissão de Licitação

Ao tempo em que os cumprimento, comunicamos por meio deste que estamos enfrentando falha no sistema do Comprasnet, que impede o envio da peça recursal. Ao tentar realizar o registro, o sistema apresenta a seguinte mensagem de erro: "Ocorreu um erro inesperado. Tente novamente mais tarde."

Ressaltamos que a dificuldade não decorre de qualquer falha da empresa, mas sim de erro do

about:blank 1/2

próprio sistema Comprasnet, conforme demonstram os prints e registros anexos. Estamos tentando de forma contínua efetuar o protocolo da peça recursal pela plataforma, porém, até o momento, não foi possível concluir o envio.

Destacamos, ainda, que o referido erro nos causa estranheza, uma vez que o sistema funcionou normalmente durante todas as fases anteriores do certame, não tendo havido qualquer impedimento para participação nas etapas precedentes.

Diante dessa situação e para evitar qualquer prejuízo em relação ao prazo, considerando que o prazo final para registro da peça recursal se encerra hoje, 30/10, às 23h59, encaminhamos este e-mail com a peça recursal anexa, bem como as comprovações do erro apresentado pelo sistema.

Solicitamos, portanto, que este e-mail seja considerado para fins de comprovação da tempestividade do recurso, e que, por medida de transparência, a Comissão disponibilize o conteúdo da peça recursal via chat aos demais licitantes, uma vez que o referido canal também se encontra indisponível para envio por parte dos participantes.

Certos de sua compreensão, agradecemos antecipadamente e ficamos no aguardo de uma resposta.

Atenciosamente,

**Ideal Conservação e Limpeza de Prédios** 

about:blank 2/2



À

JUSTICA FEDERAL DA PARAÍBA - JFPB

REF.: Pregão eletrônico Nº 90013/2025

A IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE PRÉDIOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob Nº. 18.907.676/0001-29, com sede na Rua Estelita Cruz, 1200, Bairro Alto Branco, Campina Grande-PB, CEP 58.401-470, fone (83) 3099-8699, e-mail: idealservv@gmail.com, por sua representante legal, POLYELMA CUNHA GUEDES, vem por meio deste perante a ilustre presença de Vossa Senhoria, dentro do prazo legal, através deste apresentar:

#### **RECURSO**

#### **ADMINISTRATIVO**

em face de sua desclassificação, com fundamento da Lei Nº 14.133/2021, consoante fatos e fundamentos a seguir expostos.

#### I. **DOS FATOS**

A IDEAL participou do pregão eletrônico Nº 90008/2025, apresentando sua proposta em conformidade com todos os requisitos do edital. No entanto, foi desclassificada sob a alegação de não comprovação da capacidade técnico-operacional.

A decisão que resultou na desclassificação não considerou elementos fáticos relevantes que demonstram a aptidão da empresa para a execução do objeto licitado. A IDEAL possui experiência consolidada em contratos públicos e privados de conservação e limpeza, com histórico de cumprimento eficiente e regular de obrigações contratuais, o que evidencia sua capacidade técnica e operacional.

Ademais, a desclassificação baseou-se em uma exigência formal ainda não consumada por questão temporal, sem considerar que a empresa já executa, de forma plena e satisfatória, contrato público relevante, o que reforça sua aptidão para participar do certame.



### II. DO MÉRITO

# II.1 DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E DA INTERPRETAÇÃO RAZOÁVEL DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS

No mérito, cumpre esclarecer que a desclassificação da IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE PRÉDIOS LTDA decorreu de uma interpretação excessivamente formalista, que desconsiderou o conjunto de elementos materiais apresentados e a realidade fática que comprovam a plena capacidade técnico-operacional da empresa para executar o objeto licitado.

A IDEAL, embora classificada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), possui sólida experiência e estrutura consolidada no mercado paraibano de terceirização de serviços, atuando há vários anos na prestação de serviços de conservação, limpeza e apoio administrativo, com comprovada eficiência, qualidade e regularidade contratual.

Atualmente, a empresa executa o Contrato Nº 220/2024, firmado com o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA PARAÍBA – DETRAN/PB, que abrange nove municípios e envolve a prestação de serviços contínuos de conservação, higienização e limpeza, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos. Trata-se de contrato de grande porte e alta complexidade operacional, plenamente compatível com o objeto do presente certame.

1.4.1. **Região 5 (Item 5):** Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Itaporanga, São Bento, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Sousa e Uiraúna.

#### Trecho do contrato Nº 220/2024 firmado entre Detran/PB e a IDEAL

Ainda que o atestado formal de capacidade técnica não tenha sido emitido até o momento, tal fato decorre exclusivamente de questão temporal, uma vez que o contrato completará o período mínimo de 12 (doze) meses em dezembro de 2025, conforme as práticas administrativas que condicionam a emissão do atestado à conclusão de um ciclo anual de execução.

Assim, a ausência momentânea do documento não pode ser interpretada como ausência de capacidade técnica, pois a execução contratual já vem ocorrendo de forma plena, regular e eficiente, o que demonstra, de modo inequívoco, a aptidão técnica, operacional e administrativa da empresa.

A decisão que desconsiderou essa realidade prática incorreu em violação direta aos princípios que regem as contratações públicas, elencados no art. 5º da Lei Nº 14.133/2021, especialmente os da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público.



#### LEI Nº 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio da razoabilidade impõe à Administração a obrigação de ponderar as circunstâncias concretas de cada caso, evitando decisões desarrazoadas que gerem resultados injustos.

Da mesma forma, o princípio da proporcionalidade exige que as medidas administrativas sejam adequadas e necessárias aos fins pretendidos, o que não se verifica quando se desclassifica uma empresa plenamente apta por mera ausência formal de documento ainda não emitido por motivo de tempo.

O princípio da eficiência, por sua vez, determina que a atuação administrativa busque sempre o melhor resultado com os recursos disponíveis, privilegiando soluções que assegurem qualidade e economicidade na execução dos contratos públicos. A IDEAL, conforme demonstra sua trajetória e a execução atual do contrato com o DETRAN/PB, oferece exatamente essa relação de custo-benefício e desempenho satisfatório, em consonância com o que dispõe o art. 5°, caput, da Lei N° 14.133/2021.

Além disso, o princípio da economicidade reforça que a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa, considerando não apenas o preço, mas também a capacidade de execução e a qualidade do serviço prestado.

Ao afastar a IDEAL por formalismo, a Comissão incorre em medida contrária a esse princípio, restringindo a competitividade e, consequentemente, prejudicando o interesse público.

Portanto, desconsiderar a comprovação fática da execução eficiente de contrato de natureza e complexidade equivalentes ao objeto licitado representa excesso de formalismo e afronta à finalidade da lei, que é garantir contratações vantajosas, seguras e eficazes.

A IDEAL, assim, já comprovou, de maneira concreta, todos os requisitos técnicos, de complexidade e de abrangência territorial exigidos no edital, restando apenas a emissão formal do atestado ao término do período contratual.



Desse modo, impõe-se o reconhecimento de que a desclassificação foi indevida e desproporcional, devendo ser revista para assegurar a observância dos princípios da razoabilidade, eficiência, economicidade e busca da proposta mais vantajosa, previstos na Lei N° 14.133/2021, garantindo-se, assim, o prosseguimento regular da empresa no certame.

#### II.3 DA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA E ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Conforme demonstrado acima, a IDEAL possui ampla experiência na execução de serviços de natureza idêntica ao objeto licitado, prestando atendimento contínuo a diversos órgãos e entidades da administração pública, em diferentes municípios do Estado da Paraíba.

Ou seja, além da situação trazida acima na qual, a Recorrente mantém vínculo contratual com o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba – DETRAN/PB, conforme o Contrato Nº 0220/2024, abrangendo as seguintes localidades: Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Itaporanga, São Bento, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Sousa e Uiraúna.

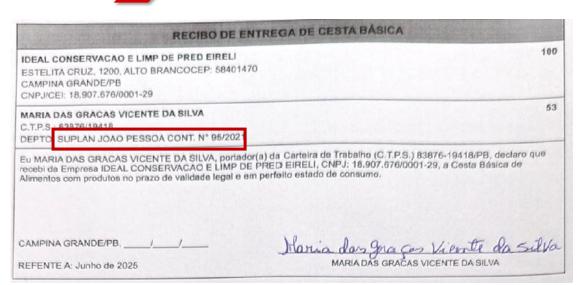
A empresa também é responsável pela execução de serviços em diversos campi do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, entidade federal que possui contratos celebrados individualmente com cada unidade, todos mantidos pela mesma estrutura administrativa. Entre os contratos vigentes, destacam-se:

Contrato N° 11/2025 – IFPB – Campus Campina Grande
Contrato N° 15/2025 – IFPB – Campus Princesa Isabel
Contrato N° 04/2025 – IFPB – Campus Monteiro
Contrato N° 12/2025 – IFPB – Campus Monteiro
Contrato N° 10/2025 – IFPB – Campus Campina Grande
Contrato N° 14/2025 – IFPB – Campus Campina Grande
Contrato N° 06/2023 – IFPB – Campus Campina Grande
Contrato N° 01/2025 – IFPB – Campus Cajazeiras

Ressalta-se, ainda, o Contrato Nº 095/2021, firmado com a SUPLAN/PB, cujo Atestado de Capacidade Técnica foi apresentado na fase de habilitação. Esse contrato contempla a execução de serviços de limpeza em três diferentes municípios: Campina Grande, João Pessoa e Cajazeiras, todos abrangidos pelo mesmo instrumento contratual, demonstrando a capacidade operacional e logística da empresa em atender simultaneamente múltiplas localidades.

Para reforçar a comprovação da efetiva execução contratual, trazemos os recibos de entrega de cesta básica dos colaboradores vinculados às respectivas unidades, juntamente com os documentos complementares anexos, como o Atestado de Capacidade Técnica, o Contrato e seus Termos Aditivos.

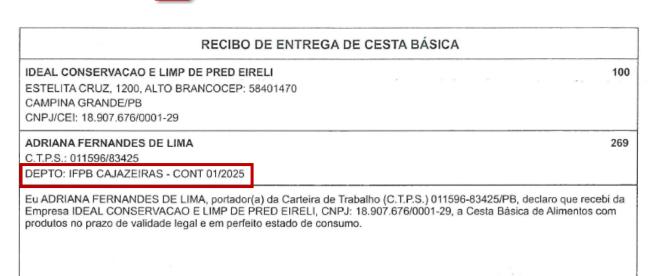




RECIBO DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA	
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 584014 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	70
LUCIANA BATISTA SOUZA C.T.P.S.: 9430/22436 DEPTO: SUPLAN CAJAZEIRAS CONT N* 95/2021	48
Eu LUCIANA BATISTA SOUZA, portador(a) da Carteir IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, C prazo de validade legal e em perfeito estado de consu	ra de Trabalho (C.T.P.S.) 9430-22436/PB, declaro que recebi da Empresa NPJ: 18.907.676/0001-29, a Cesta Básica de Alimentos com produtos no imo.
CAMPINA GRANDE/PB. 3 1 4 25  REFENTE A: Junho de 2025	LUCIANA BATISTA SOUZA

RECIBO DE ENTR	EGA DE CESTA BÁSICA
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
AURENICE FARIAS DONATO C.T.P.S.: 570081/59404 DEPTO: SUPLAN CAMPINA GRANDE CONT N° 95/2021	230
Eu AURENICE FARIAS DONATO, portador(a) da Carteira de Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de	e Trabalho (C.T.P.S.) 570081-59404/PB, declaro que recebi da , CNPJ: 18.907.676/0001-29, a Cesta Básica de Alimentos com consumo.
CAMPINA GRANDE/PB,// REFENTE A: Junho de 2025	Aurenice Farias Jonato





CAMPINA GRANDE/PB. 15 16/35

REFENTE A: Setembro de 2025

ADRIANA FERNANDES DE LIMA

### RECIBO DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMP DE PRED EIRELI 100 ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29 SIVALDO MARTINS GUEDES 280 C.T.P.S · 054483/02459 DEPTO: IFPB MONTEIRO 12/2025 Eu SIVALDO MARTINS GUEDES, portador(a) da Carteira de Trabalho (C.T.P.S.) 054483-02459/PB, declaro que recebi da Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18.907.676/0001-29, a Cesta Básica de Alimentos com produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de consumo. Sivaldo martins guedes CAMPINA GRANDE/PB, \_\_ REFENTE A: Setembro de 2025





RECIB	O DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA	
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEF CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29		100
ALEXANDRE DO NASCIMENTO LIMA		278
DEPTO: POLICIA FEDERAL JP - 12/2025		
Eu ALEXANDRE DO NASCIMENTO LIMA, p recebi da Empresa IDEAL CONSERVACAO Alimentos com produtos no prazo de validad	oortador(a) da Carteira de Trabalho (C.T.P.S.) 070287-71407/PB, declaro que E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18.907.676/0001-29, a Cesta Básica de le legal e em perfeito estado de consumo.	
CAMPINA GRANDE/PB,//	- Dexandre what sima	
REFENTE A: Setembro de 2025	ALEXANDRE DO NASCIMENTO LIMA	



RECIBO DE ENTREGA DE CESTA I	BASICA
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
JOSE LINDBERG ABRANTES CARVALHO C.T.P.S.: 408093/74234	219
DEPTO: DETRAN S J DO RIO DO PEIXE - 0220/2024	
Eu JOSE LINDBERG ABRANTES CARVALHO, portador(a) da Carteira de Traba recebi da Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18 Alimentos com produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de cons	.907.676/0001-29, a Cesta Básica de
RECIBO DE ENTREGA DE CESTA	BÁSICA
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
HUMBERTO DE ABREU PESSOA	220
DEPTO: DETRAN CAJAZEIRAS - 0220/2024	

Eu HUMBERTO DE ABREU PESSOA, portador(a) da Carteira de Trabalho (C.T.P.S.) 414334-08449/PB, declaro que recebi da Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18.907.676/0001-29, a Cesta Básica de Alimentos com produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de consumo.

CAMPINA GRANDE/PB, \_\_\_\_/\_\_/\_\_\_/

REFENTE A: Setembro de 2025

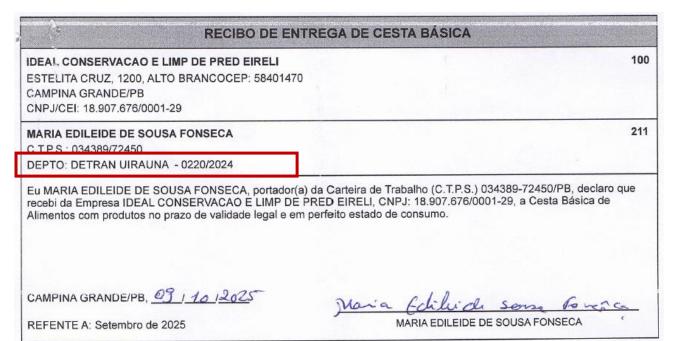
HUMBERTO DE ABREU PESSOA



RECIBO DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA	
IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
MARCONI CRUZ DE SOUZA C.T.P.S.: 013098/23189	213
DEPTO: DETRAN SAO JOSE DE PIRANHAS - 0220/2024	
Eu MARCONI CRUZ DE SOUZA, portador(a) da Carteira de Trabalho (C.T.P.S.) 01 Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18.907.676/00 produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de consumo.	3098-23189/PB, declaro que recebi da 001-29, a Cesta Básica de Alimentos com
CAMPINA GRANDE/PB,/  REFENTE A: Setembro de 2025	Ni Oy Oli Sey 9 ARCONI CRUZ DE SOUZA

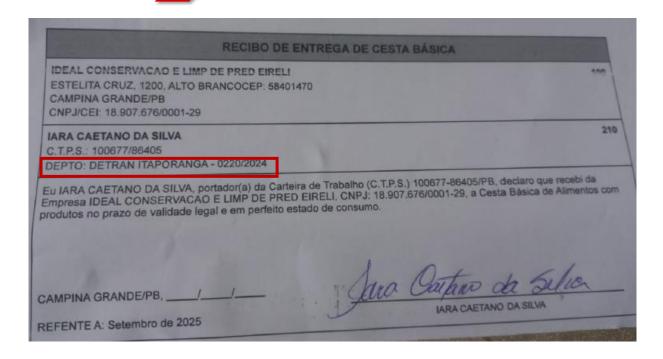
RECIBO DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA	
IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
MAISA CECILIA NOGUEIRA	218
DEPTO: DETRAN CATOLE DO ROCHA - 0220/2024	
Eu MAISA CECILIA NOGUEIRA, portador(a) da Carteira de Trabalho (C Empresa IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18 produtos no prazo de validade legal e em perfeito estado de consumo.	T.P.S.) 530498-02472/PB, declaro que recebi da 907.676/0001-29, a Cesta Básica de Alimentos com
CAMPINA GRANDE/PB,//  REFENTE A: Setembro de 2025	DO GULIO VOD LO TA  MAISA CECILIA NOGUEIRA





RECIBO DE ENTREGA DE CESTA BÁSICA	
IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI ESTELITA CRUZ, 1200, ALTO BRANCOCEP: 58401470 CAMPINA GRANDE/PB CNPJ/CEI: 18.907.676/0001-29	100
CLEIDIANA DA SILVA C.T.P.S.: 228492/09856	212
DEPTO: DETRAN CONCEICAO - 0220/2024	
Eu CLEIDIANA DA SILVA, portador(a) da Carteira de Trabalho (C.T.P.S IDEAL CONSERVACAO E LIMP DE PRED EIRELI, CNPJ: 18.907.676/ prazo de validade legal e em perfeito estado de consumo.	
CAMPINA GRANDE/PB,//  REFENTE A: Setembro de 2025	CLEIDIANA DA SILVA





Essa documentação evidencia, de forma inequívoca, a aptidão técnica e a experiência da empresa recorrente na execução de serviços de grande porte e em diferentes regiões, atendendo plenamente às exigências de qualificação do certame.

Ressaltamos, ainda, que este Órgão, caso entenda pertinente, poderá promover diligências presenciais (in loco) em cada uma das localidades citadas, com o objetivo de verificar as condições operacionais e confirmar as informações ora prestadas.

#### II.2 DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA

Além da inequívoca demonstração da capacidade técnico-operacional da empresa, é imprescindível analisar o caso sob a ótica do princípio da economicidade, que orienta toda a atuação da Administração Pública e está expressamente consagrado no art. 5° da Lei N° 14.133/2021, ao lado dos princípios da eficiência, proporcionalidade e interesse público. Dispõe o referido artigo:

#### LEI Nº 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim



como as disposições do Decreto-Lei Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

O princípio da economicidade impõe à Administração a obrigação de buscar o melhor resultado possível na aplicação dos recursos públicos, considerando não apenas o menor preço, mas a relação custo-benefício global da contratação, a capacidade de execução, a qualidade do serviço prestado e a segurança contratual.

Sob esse prisma, observa-se que a proposta apresentada pela IDEAL representa melhor custobenefício para a Administração Pública em relação à proposta da concorrente BENIT, conforme demonstram os valores abaixo:

Proponente	Valor 3 Anos (R\$)	Valor 10 Anos (R\$)
BENIT	R\$ 7.337.327,3640	R\$ 24.457.757,8800
IDEAL	R\$ 7.272.546,7608	R\$ 24.241.822,5360
<b>Diferença</b>	R\$ 64.780,6032	R\$ 215.935,3440

A diferença de valores demonstra, de maneira objetiva, que a proposta da IDEAL gera economia imediata e significativa aos cofres públicos, resultando em uma redução de R\$ 21.593,53 por ano, o que representa R\$ 215.935,34 ao longo de 10 anos de eventual prorrogação contratual, sem qualquer prejuízo à qualidade, à abrangência ou à complexidade dos serviços ofertados.

Assim, desclassificar a IDEAL por um formalismo que não reflete sua real capacidade técnica implica desprezar uma proposta mais vantajosa e eficiente, contrariando frontalmente os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

Conforme preconiza o art. 11, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021, a licitação destina-se a:

#### LEI Nº 14.133/2021

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

 I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

A exclusão da IDEAL, portanto, não apenas afronta o princípio da economicidade, como também frustra a finalidade do próprio procedimento licitatório, que é contratar quem melhor atenda às necessidades públicas com o menor custo e a maior eficiência.

No caso em tela, a consequência prática da desclassificação é o desperdício de recursos públicos, já que a contratação da segunda colocada representará gasto adicional à Administração, sem qualquer ganho técnico que o justifique.



A IDEAL oferece estrutura operacional consolidada, equipe capacitada e histórico de execução contratual exemplar, conciliando qualidade, segurança e economia.

Ao manter sua desclassificação, a Administração acabaria por punir indevidamente uma empresa tecnicamente apta e economicamente mais vantajosa, em benefício de um rigor burocrático destituído de utilidade prática.

Em suma, a decisão que afastou a IDEAL não atende ao interesse público, pois ignora a efetiva vantajosidade da proposta e viola diretamente o princípio da economicidade previsto na Lei N° 14.133/2021. Assim, impõe-se a revisão da decisão, para que seja reconhecida a plena capacidade da empresa e o caráter mais econômico, eficiente e racional de sua proposta.

#### III. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, e considerando os fundamentos de fato e de direito amplamente demonstrados nos tópicos anteriores, resta evidente que a desclassificação da **IDEAL CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE PRÉDIOS LTDA** não se sustenta diante da realidade fática, dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, nem à luz da Lei N° 14.133/2021.

A empresa comprovou, por meio de documentação idônea e de contrato público em plena execução, sua capacidade técnica, operacional e administrativa para a execução do objeto licitado, bem como apresentou proposta manifestamente mais vantajosa para a Administração.

Assim, requer-se a esta Comissão Permanente de Licitação:

- O recebimento e provimento do presente Recurso Administrativo, com a consequente reforma da decisão de desclassificação da empresa recorrente;
- 2. O reconhecimento da plena capacidade técnico-operacional da IDEAL, considerando o Contrato Nº 220/2024 firmado com o DETRAN/PB como comprovação suficiente do atendimento aos requisitos exigidos pelo edital;
- **3.** O prosseguimento regular do processo licitatório, com o **retorno da IDEAL à fase ao certame**, garantindo-se, assim, o pleno respeito aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e busca pela proposta mais vantajosa à Administração Pública.
- 4. Cumpre destacar, ainda, que a diferença de valores entre as propostas apresentadas pela IDEAL e pela BENIT, considerando uma projeção de 10 (dez) anos, representaria um prejuízo estimado de R\$ 215.935,34 para a Administração. Ressalte-se que tal montante não contempla eventuais acréscimos decorrentes de institutos contratuais como repactuações, reequilíbrios econômicos e reajustes, o que poderia ampliar ainda mais essa diferença ao longo da execução contratual.

Dessa forma, evidencia-se a **vantajosidade e economicidade da proposta apresentada pela empresa IDEAL**.



Pedimos e esperamos deferimento.

Campina Grande – PB | 30 de outubro de 2025.

POLYELMA CUNHA GUEDES:08137895400 Assinado de forma digital por POLYELMA CUNHA GUEDES:08137895400 Dados: 2025.10.30 18:34:38 -03'00'

Polyelma Cunha Guedes Representante Legal Ideal Conservação e Limpeza de Prédios Ltda CNPJ (MF) sob o n.º 18.907.676/0001-29